

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.169, DE 2010

*Estatui o Consórcio de
Empregadores Rurais e dá outras
providências.*

Autor: Deputado NELSON GOETTEN

Relator: Deputado LUCIANO CASTRO

I - RELATÓRIO

O projeto em apreço visa a regulamentar o consórcio de empregadores rurais dispondo, entre outros, sobre os seguintes temas:

- a) definição do consórcio;
- b) documentos necessários à sua constituição;
- c) assinatura do pacto de solidariedade;
- d) fiscalização das atividades do consórcio;
- e) outros aspectos administrativos quanto ao seu funcionamento.

Distribuído a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para exame, a proposta não recebeu qualquer emenda ao término do prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Como fica claro a partir do projeto, o consórcio de empregadores é a união de um grupo de empregadores rurais, todos eles pessoas físicas, ao qual se atribuem condições para contratar empregado rural que prestará serviço a todos os integrantes do consórcio.

A proposta pretende regulamentar matéria que já é uma realidade em nosso direito. Com efeito, inúmeros dispositivos legais já fazem referência aos consórcios de empregadores rurais, sendo a presente proposição uma espécie de condensação desses instrumentos.

O primeiro instrumento normativo que fez menção ao consórcio foi a Circular nº 56, de 25 de outubro de 1999, publicada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que autorizava a expedição de matrícula CEI para *“dois ou mais empregadores rurais pessoas físicas vinculados ao contrato de trabalho”*. Posteriormente, aprovou-se a Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, que acrescentou o art. 25-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, equiparando o “consórcio simplificado de produtores rurais” ao empregador rural pessoa física para fins de recolhimentos previdenciários. Além disso, conceituou o instituto, estabeleceu alguns requisitos para o seu reconhecimento e, mais importante, estabeleceu a responsabilidade solidária entre os seus integrantes em relação às obrigações previdenciárias.

Também o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) reconheceu a legitimidade do consórcio quando expediu a Portaria nº 1.964, de 1º de dezembro de 1999, em que se estabelecem orientações à inspeção do trabalho sobre procedimentos nas fiscalizações em propriedades rurais onde exista *“prestação de trabalho subordinado a um Condomínio de Empregadores”*.

Como dito, a participação desses consórcios na área rural é um processo irreversível. Ademais, parece-nos ser uma medida muito salutar, que atende os interesses tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores. Facilita-se a formalização da relação de trabalho, enquanto os segundos poderão repartir os ônus decorrentes dessa contratação.

A justificação do projeto sugere que o consórcio seria uma forma de se “flexibilizar as relações do trabalho rural”. Discordamos dessa opinião. Os resultados esperados com essa nova figura é justamente o de se proporcionar uma maior formalização dos contratos de trabalho, garantindo-se o pagamento de todos os direitos trabalhistas aos empregados dos consórcios.

Registre-se que se encontra em tramitação nesta Casa o Projeto de Lei nº 3.811, de 2000, do Poder Executivo, que, entre outras alterações à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, acrescenta inciso ao art. 3º para considerar empregador rural “*a união de produtores rurais, pessoas físicas mediante ajuste escrito, com a finalidade de contratar trabalhadores rurais para prestação de serviços exclusivamente aos seus integrantes*”.

O projeto sob análise, todavia, tem o mérito de esmiuçar as regras necessárias ao funcionamento do consórcio, fazendo menção expressa a um aspecto da máxima importância para o sucesso da empreitada, que é a definição da solidariedade entre as partes. Essa questão já está resolvida em relação às obrigações previdenciárias, mas encontra-se pendente no âmbito trabalhista, uma vez que, nos termos do Código Civil, a solidariedade não se presume. Representa grande avanço, portanto, a previsão expressa da celebração do pacto de solidariedade como um dos requisitos imprescindíveis à constituição do consórcio.

Se quanto ao mérito entendemos que a aprovação do projeto trará uma grande contribuição para a formalização dos contratos de trabalho na área rural, em relação à técnica legislativa somos de opinião que a proposta precisa sofrer modificação como forma de atender aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a modificação e a consolidação das leis.

De fato, observamos que a instituição dos consórcios de empregadores rurais tem como objetivo simplificar a burocracia na contratação de trabalhadores rurais, mas não há qualquer interferência em relação aos direitos que são assegurados a esses trabalhadores. Estes farão jus, portanto, aos direitos consagrados na Lei nº 5.889/73 e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nos termos previstos no *caput* do art. 7º da Constituição Federal.

Nesse contexto, tendo em vista a Lei Complementar nº 95/98, o mais adequado é a inclusão das regras relativas aos consórcios na Lei

nº 5.889/73. Para tanto, estamos apresentando um Substitutivo ao projeto para atender esse objetivo.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.169, de 2010, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado LUCIANO CASTRO
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.169, DE 2010

Modifica a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre o Consórcio de Empregadores Rurais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que “estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Equipara-se ao empregador rural:

I – a pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante a utilização do trabalho de outrem;

II – a união de produtores rurais, pessoas físicas, com a finalidade única de contratar e gerenciar a mão de obra de empregados rurais, que será denominada Consórcio de Empregadores Rurais.”

Art. 2º A Lei nº 5.889, de 1973, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 4º-A. A constituição do Consórcio de Empregadores Rurais está condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

I – matrícula coletiva no Cadastro Específico do Instituto Nacional da Seguridade Social;

II – contrato de constituição, devidamente registrado em cartório;

III – celebração de pacto de solidariedade, devidamente registrado em cartório, nos termos previstos no Código Civil Brasileiro;

IV – outorga de poderes, pelos consorciados, a um dos consorciados, a um gerente ou a um administrador para contratar e gerir a mão de obra a ser utilizada nas propriedades integrantes do grupo;

§ 1º O nome especificado na matrícula referida no inciso I do *caput* deste artigo deve constar como empregador no registro de empregados e em todos os documentos decorrentes do contrato de trabalho entre cada trabalhador e os produtores rurais integrantes do consórcio.

§ 2º No pacto de solidariedade, os produtores rurais se responsabilizam solidariamente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação dos trabalhadores comuns, devendo constar a identificação de todos os consorciados com os seguintes elementos:

I – nome completo;

II – cadastro de pessoa física;

III – carteira de identidade;

IV – matrícula no Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social;

V – cartão de Produtor Rural;

VI – cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

VII – certificado de Cadastro de Imóvel Rural;

VIII – endereço e domicílio das propriedades rurais onde os trabalhadores exercerão atividades.

§ 3º A inclusão de novos consorciados se dará por meio de contrato de adesão.”

“Art. 4º-B. Cabe aos consorciados partilhar, proporcionalmente, as despesas, riscos, frutos, produtos, lucros e encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários advindos da contratação da mão de obra.

Parágrafo único. As propriedades rurais dos consorciados permanecem individualizadas, sendo que os custos agrícolas e sociais, bem como os lucros obtidos em cada propriedade, resultado da atividade agrícola, não se comunicam.”

“Art. 4º-C. Para os fins do cumprimento da legislação fiscal, o controle contábil se dará em nome do titular do consórcio, seguido da expressão “e outros”, por profissional habilitado, por meio de escrituração regular em livros fiscais formalizados de acordo com o previsto na legislação vigente, observada a partilha especificada no art. 4º-B desta lei.”

“Art. 4º-D. O consorciado que firmar contrato de parceria agrícola com cláusula de exclusividade na venda dos produtos a terceiro não consorciado estará impedido de utilizar a mão de obra do Consórcio de Empregadores Rurais.”

“Art. 4º-E. O prazo para funcionamento do Consórcio de Empregadores Rurais será indeterminado, salvo se no contrato de constituição ou no pacto de solidariedade houver outro prazo estipulado.

§ 1º O desligamento do consórcio se dará mediante pedido escrito do consorciado e somente produzirá efeitos definitivos após cinco anos, contados da data do pedido de desligamento.

§ 2º No contrato de constituição ou no pacto de solidariedade deverá constar o mecanismo de ressarcimento ao consorciado desligado, quando for o caso.”

“Art. 18-A. Constatada a violação de preceito legal por integrante de Consórcio de Empregadores Rurais, o auto de infração será lavrado em nome do empregador constante da matrícula coletiva, devendo dele constar as informações necessárias à caracterização da prestação de trabalho a produtores consorciados.

Parágrafo único. A infração ao art. 41, *caput*, da Consolidação das Leis do Trabalho, ensejará a lavratura do auto de infração em nome do proprietário ou possuidor da propriedade em que o empregado sem registro em carteira for encontrado em atividade.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado LUCIANO CASTRO
Relator